

## Decretos do governador José Serra – o “mapa da destruição”

Decretos	Objetivos formais	Algumas conseqüências
<p><b>51.460</b> (1º/01/07)</p>	<p>Dispõe sobre as alterações de denominação e transferências que especifica, define a organização básica da Administração Direta e suas entidades vinculadas e dá providências correlatas</p>	<p>Fragmenta ainda mais a área educacional: a educação básica fica na Secretaria da Educação; o Centro Paula Souza na Secretaria de Desenvolvimento, desmembrado da Unesp; e as universidades estaduais na Secretaria de Ensino Superior (recém criada). A FAPESP fica na Secretaria de Desenvolvimento.</p>
<p><b>51.461</b> (1º/01/07)</p>	<p>Organiza a Secretaria de Ensino Superior e dá providências correlatas</p>	<p>Ataca a autonomia universitária; desconhece a pesquisa básica, privilegiando a “operacional”; ignora o tripé que caracteriza as universidades – Ensino/Pesquisa/Extensão; sequer prevê o financiamento das universidades e nem sua articulação com a educação básica.</p>
<p><b>51.471</b> (02/01/07)</p>	<p>Dispõe sobre a admissão e a contratação de pessoal na Administração Direta e Indireta e dá providências correlatas</p>	<p>Veda, por tempo indeterminado, a admissão ou contratação de pessoal no âmbito do Estado, atividades agora ainda mais centralizadas no Executivo, via Secretaria de Gestão Pública.</p>
<p><b>51.636</b> (09/03/07)</p>	<p>Fixa normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2007 e dá providências correlatas</p>	<p>Obriga as universidades a ingressarem no Siafem/SP e autoriza a Secretaria da Fazenda a deduzir – das liberações financeiras do Tesouro do Estado – valores equivalentes às contribuições previdenciárias “patronais” não recolhidas pelas universidades (art. 12). <i>Observação: este segundo item contraria acordo entre Executivo e Legislativo durante as discussões da LDO-2006 e da LDO-2007.</i></p>
<p><b>51.660</b> (14/03/07)</p>	<p>Institui a Comissão de Política Salarial (CPS) e dá providências correlatas.  Composição da CPS: Secretários da Fazenda, de Economia e Planejamento, de Gestão Pública, do Emprego e Relações do Trabalho e Procurador Geral do Estado</p>	<p>A CPS estabelece as diretrizes de política salarial e a Secretaria de Gestão Pública conduz as negociações salariais junto às entidades representativas dos servidores integrantes da Administração Direta e das Autarquias. Todas as reivindicações, instituições ou revisões de vantagens e benefícios serão analisadas previamente pela Unidade Central de Recursos Humanos da Secretaria de Gestão Pública.</p>